



O Gigante Acordou: Análise dos editoriais de Zero Hora nas manifestações de 2013¹

Marcelo Bernardes FARINA²

Janine Marques Passini LUCHT³

Escola Superior de Propaganda e Marketing, RS

RESUMO

O presente artigo é fragmento de um trabalho desenvolvido no Programa de Iniciação Científica da ESPM-Sul e tem como objetivo principal identificar o posicionamento de Zero Hora nas manifestações de 2013, a partir da desconstrução dos editoriais por meio da análise de expressões implícitas. O formato editorial é uma modalidade do gênero opinativo que representa a versão institucional oficial dos fatos. Com uma análise de conteúdo sobre essas mensagens de junho de 2013, que abordassem o contexto das manifestações, foi possível compreender com que elementos e funções sociais a empresa consolidou seu juízo de valor sobre o movimento histórico e se ocorreram contradições ao tratar do tema, considerando a proporção que as manifestações foram atingindo ao longo de sua eclosão.

PALAVRAS-CHAVE: gênero opinativo; formato editorial; implícitos subentendidos; Zero Hora.

1 A OPINIÃO COMO INSTRUMENTO JORNALÍSTICO

A produção jornalística é dividida em diferentes faces. Isso para que o público possa diferenciar melhor a veiculação meramente noticiosa, com viés informativo, daquelas que possam emitir juízo de valor sobre temas relevantes para a sociedade. Conforme Marques de Melo (2010), essa divisão orienta os leitores na hora de discernir sobre o que é informação de fato e o que pode ser considerado juízo de valor ou análise de um profissional ou veículo do ramo.

Para solucionar melhor essas inquietações, Marques de Melo (2010) sistematizou e propôs a classificação de gêneros jornalísticos, com subdivisões em formatos, a partir da finalidade discursiva, estabelecendo critérios e procedimentos específicos voltados a delimitar a natureza enunciativa de determinada mensagem

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 4 a 6 de junho de 2015.

² Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Jornalismo da ESPM-Sul, email: farinabmarcelo@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora e Diretora do Curso de Jornalismo da ESPM-Sul, email: janine@espm.br



jornalísticos. Hoje, para o autor, os cinco gêneros são: Informativo, Opinativo, Interpretativo, Utilitário e Diversional.

A importância do estudo dos gêneros jornalísticos deve-se à necessidade de sistematização e categorização dos gêneros presentes na imprensa brasileira contemporânea, com o objetivo de servir como base à preparação de profissionais qualificados para a atuação na imprensa e, também, no âmbito acadêmico, como embasamento teórico-metodológico às pesquisas em comunicação (RÊGÔ; AMPHILO, 2010, p. 97).

A partir daí, ficaria mais clara na percepção da sociedade, a diferença entre o que é notícia, opinião, serviço ou entretenimento. Para efetivar a análise sobre a posição do Jornal Zero Hora quanto às manifestações, é importante compreender esse discernimento das diferentes classificações da atividade jornalística e entender em que espaço dessa classificação se insere a expressão institucional do veículo. O discurso jornalístico em questão passa a ser avaliado de maneira mais nítida, induzindo a exploração de teses explicativas coerentes com a finalidade e propósitos significantes da mensagem.

Constitui um ponto de partida seguro para descrever as peculiaridades da mensagem (forma / conteúdo / temática) e permitir avanços na análise das relações socioculturais (emissor / receptor) e político-econômicas (instituições jornalísticas / Estado / corporações mercantis / movimentos sociais) que permeiam a totalidade do jornalismo (MARQUES DE MELO, 2003, p. 41).

Nesse estudo, a preocupação maior é com o Gênero Opinativo, pois é dele que faz parte o formato editorial, objeto do Corpo de Análise deste trabalho. O entendimento e compreensão dos elementos e métodos empregados na elaboração da opinião são pré-requisitos fundamentais para identificar sua finalidade e contornos sócio culturais envolvidos.

Antes da tentativa de se compreender a funcionalidade da opinião no campo jornalístico, é importante a verificação dos caracteres portadores de uma mensagem imbuída de emitir juízo de valor e quais seus valores semânticos adequados ao campo da comunicação. O pesquisador Beltrão (1980) propõe a diferenciação nas percepções pessoais que concretizam as mensagens opinativas e informativas, estabelecendo condições vitais para a caracterização de cada espécie de discurso em sua utilização nas situações do dia a dia.

Na base do juízo individual está a informação do sujeito (opinante) sobre o objeto (ocorrência). Ora, informação significa o conhecimento de certos dados fundamentais, de certas qualidades inerentes, de certas características essenciais, de certos aspectos pertinentes ao objeto sobre o qual se é convidado a opinar. Informar, para o homem, é a percepção do real, captada pelos sentimentos e registrada pela sua mente, seja pela observação direta, seja pela recepção de mensagens emitidas por outrem. Sem o armazenamento e as operações mentais



dos dados sensoriais sobre o objeto, ninguém pode identificá-lo e julgá-lo (BELTRÃO, 1980, p. 15).

Esse senso teórico levantado por Beltrão apresenta a informação como primeiro estágio de conhecimento desenvolvido pelo ser humano a respeito de qualquer assunto que se deseje explorar e, a partir de uma averiguação bem desenvolvida sobre o objeto de interesse, seria possível sacramentar o esperado juízo de valor. Essa é uma premissa básica e com aplicação intensa no dia a dia de qualquer campo de conhecimento e reflexão que é absorvida e incorporada diretamente aos meios de produção jornalístico opinativo, o que resultaria na aproximação das ferramentas de trabalho dos gêneros opinativo e informativo, de modo que a apreciação profunda e consistente dos fatos é imprescindível no exercício do juízo de valor.

No entanto, existem circunstâncias e ocorrências do cotidiano que estariam sujeitas apenas à fase de percepção informativa, estando alheias ao julgamento individual, respeitando sentidos comuns e ápices já instaurados na cultura popular e que rejeitam qualquer juízo de valor que contradiga e desperte versão confrontante com os valores e conhecimentos da sociedade já suficientemente comprovados e consolidados.

Ninguém opina, por exemplo, sobre o estado líquido da água ou sobre a exclusiva capacidade humana de produzir a linguagem idiomática simbólica. Como a nenhum homem culto, bem informado em assuntos de arte e literatura, é possível dizer que opina favoravelmente ao gênio musical de Beethoven, à suprema expressão estética da pintura de Leonardo da Vinci ou à imortalidade da obra poética de Dante. Pois, quando “a opinião é exclusiva ou única se desvanece como tal (BELTRÃO, 1980, p. 15).

Mesmo com a aferição dos procedimentos informativos e exploratórios dos fatos, a opinião ainda adquire caráter maleável, podendo variar de acordo com os graus de conhecimento, experiência e vivência acerca de determinado tema, na busca por um julgamento que suscite visões de mundo mais coerentes com a realidade e que se identifiquem com um maior índice de segmentos. A primazia pela coerência do discurso aproxima o campo da opinião da esfera científica, ao mesmo tempo que requer do emissor uma boa aglutinação de valores intelectuais pluralizados que compactuem com a produção de significados de valência múltipla no organismo social. O que ocorre na prática é que muitos dos opinantes, profissionais ou não, mantêm como praxe o contato prioritário com o universo informativo que diz respeito ao panorama de capitais simbólicos e culturais semelhantes às suas experiências pessoais, o que de certo modo, desvia a naturalidade do julgamento opinativo.

Em meio à profusão de imagens publicitárias, anúncios, avisos, notas e comunicados, os sentidos humanos, em percurso acidentado e irregular pelas mídias de informação, se esmeram no exercício de seleção e rejeição daquilo que querem ver, ouvir, encontrar ou ler.



Essa é uma prática socialmente condicionada, pois o homem é um ator social imbuído de experiências únicas que orientam sua busca pela informação a partir de signos – imagens ou palavras – que possuam identificação com seu lugar ou papel social (SOUZA, 2009, p. 49).

A opinião em trabalhos jornalísticos costuma se dar através de juízo de valor dos fatos que contemplam o noticiário das produções de gênero informativo. Esse julgamento deve estar embasado em critérios coerentes e fortalecido por meio de ocorrências verídicas, por isso uma opinião tem o dever de estar vinculada com a realidade e construída sob aspectos bem fundamentados. Contudo, as modalidades de opiniões de distintos jornalistas e veículos ainda tendem a variar consideravelmente, muito de acordo com tendências socioculturais dos profissionais envolvidos em cada ambiente.

Desde o momento em que a imprensa deixou de ser empreendimento individual e se tornou instituição, assumindo o caráter de organização complexa, que conta com equipes de assalariados e colaboradores, a expressão da opinião fragmentou-se seguindo tendências diversas e até mesmo conflitantes (MARQUES DE MELO, 2003, p. 101/102).

O conteúdo do gênero opinativo não precisa estar dotado da objetividade linguística comum em trabalhos informativos, pelo contrário, os jornalistas devem se valer de novos recursos de linguagem para atrair os leitores, tornando os textos mais interessantes e menos pragmáticos, dada a liberdade de versões e modalidades interpretativas recorrentes em enunciados capacitados a produzir juízo de valor e apresentar mensagens analíticas que despertem o raciocínio e a capacidade intelectual do público. Entre essas ferramentas textuais, estão o emprego de expressões implícitas, que serão abordadas com mais detalhes na sequência deste trabalho.

E, principalmente, não existe uma verdade absoluta, – apesar de ainda haver um compromisso com os fatos – o que surge é a versão do jornalista ou veículo que emitiu determinada opinião, sempre embasada em elementos que se assemelham com a realidade, podendo ou não vir ao encontro da visão de mundo do público receptor da mensagem opinativa. A interpretação e capacidade de discernimento dos elementos contextuais e discursivos auxiliarão na concretização significativa dos efeitos e caminhos experimentados pelo ato da emissão.

A opinião pode ser garantida como uma espécie de saber que não implica em dar garantias de sua validade, ao menos não tanto quanto se espera de um texto de caráter científico. Porém isso não significa dispensar a coerência que todo discurso deve ter, notadamente a coerência interna (GUARNIERI, 2009, p. 10).

Para Guarnieri (2009), deve-se obedecer algumas premissas lógicas no momento de se emitir uma opinião. A fundamentação e apoio a uma linha lógica de raciocínio materializada na mensagem opinativa fortalece a consistência do discurso e,



consequentemente, produz um sentido mais amplo a respeito das temáticas abordadas na produção informativa. A partir de critérios de construção e elaboração de enunciados opinativos estabelecidos e delimitados, o jornalista opinativo estará disposto a cumprir sua função profissional de orientar a sociedade e suscitar reflexões abrangentes e construtivas em diferentes contextos, como sugere Vicchiatti (2005), sempre preservando a conexão com a realidade.

Considere-se, por exemplo, o respeito ao princípio da não-contradição, isto é, de que não se deve afirmar e ao mesmo tempo negar algo sobre o mesmo objeto, quando este é tomado em um mesmo sentido (GUARNIERI, 2009, p.10).

Esse tipo de princípio é fundamental para que cronistas ou mesmo os veículos de comunicação conquistem credibilidade com seu público no momento em que emitem opiniões. Para isso, é preciso construir uma linha de pensamento firme. Um jornalista que não expressa coerência e organização em linha de raciocínio, não será respeitado, assim como não terá suas opiniões respaldadas pela sociedade e, consequentemente, descumprirá seu papel primordial de difundir percepções indutivas ao aperfeiçoamento do sistema social e preservação de bens coletivos.

Como matéria e forma são indispensáveis, caso o escritor cometa um erro de informação a respeito do que está em análise, pode ser dito que desconhece o assunto ou, no mínimo, está mal informado, o que dá motivo para o leitor abandonar a leitura ou dar menos crédito à opinião do autor. Quando se trata de forma, se houver alguma afirmação que contraria e nega outra afirmação já dada no próprio artigo, tal equívoco fará desmoronar de vez as teias do discurso rompendo o fio condutor que prendia o leitor nos caminhos das linhas do texto (GUARNIERI, 2009, p. 11).

A divisão do material jornalístico em gêneros, às vezes pode se tornar mais complexa do que parece. Nem sempre o que representa pertencer a uma espécie de classificação pode estar de fato inserido a esta classificação. Opinião e informação podem ser facilmente confundidas, pois muitos veículos ainda não expressam com clareza essa separação de espaços entre os dois gêneros. Isso prejudica o entendimento do público sobre o que realmente ocorre ao seu redor, dificultando uma reflexão mais contundente sobre os anseios de sua sociedade e, principalmente, desvirtua sua compreensão acerca da finalidade do discurso jornalístico, suscitando questionamentos mais complexos a respeito da credibilidade e compromissos editoriais adotados por cada veículo. As características de uma expressão opinativa podem estar muito além dos próprios formatos que caberiam a esse gênero. Elas podem ser encontradas nos enfoques com que um repórter conduz uma pauta, escorando-se na linha editorial do veículo.



São vistos como mecanismos opinativos a visão da empresa na escolha dos temas e sua estrutura da redação (e chefias e o controle do produto final). E outros filtros como a definição e angulação das pautas, a rede noticiosa empregada pelas instituições para garantir a cobertura da sociedade e a variedade de fontes de que se vale para difusão (COSTA, 2010, p.57).

Os modos de emissão opinativa nos jornais impressos podem ser variados e podem ser executados por quatro núcleos emissores, que, segundo Costa (2010, p. 57), são “a empresa, o jornalista, o colaborador e o leitor. Deles, resultariam os oito formatos opinativos: editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta”

Cada uma dessas figuras trabalha expressando determinado formato. Segundo Marques de Melo, (2010), a opinião do jornalista é emitida por meio de comentário, resenha, coluna, crônica, caricatura e ocasionalmente artigo. Já os artigos são elaborados por especialistas em determinados temas – que são os chamados colaboradores – e podem ocorrer frequentemente ou não. O formato do gênero opinativo expresso pelos leitores, no meio impresso, corresponde à carta. Nelas, o público tem a liberdade de proferir sua opinião e percepções sobre os temas mais abordados pela sociedade, ampliando a discussão reflexiva.

O formato opinativo que representa a posição institucional da empresa de comunicação detentora do veículo é o editorial. Para Marques de Melo (2003), o editorial “expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento” (MARQUES DE MELO, 2003, p.103).

2 EDITORIAL: A OPINIÃO INSTITUCIONAL NO JORNALISMO

A opinião emitida pela empresa de comunicação acaba carregando uma responsabilidade ainda maior, pois além do compromisso de apresentar a coerência lógica necessária em qualquer mensagem opinativa, ela terá de estar alinhada com o discurso editorial da organização e suas práticas de atuação perante a sociedade, preocupando-se sempre com o público-alvo traçado pelo veículo, e também respeitando princípios históricos da instituição (MARQUES DE MELO, 2003).

O editorial é o formato do gênero opinativo responsável pela emissão do juízo de valor dos segmentos corporativos encarregados da manutenção e viabilização da existência do veículo jornalístico, representando uma visão ampla e de abrangência organizacional, em que ao mesmo tempo em que se preocupa em garantir os deveres universais do jornalismo através da proliferação e defesa da diversidade de visões, assume também, o compromisso com a fidelização à estratégia mercadológica empresarial.



É através do editorial, principalmente, que o grupo proprietário e administrador do periódico manifesta sua opinião sobre os fatos que se desenrolam em todos os setores de importância e interesse para a comunidade e ligados à existência e desenvolvimento da empresa, intentando, desse modo, orientar o pensamento social para a defesa do bem comum (BELTRÃO, 1980, p. 51/52).

O conteúdo oriundo do julgamento editorial de uma empresa de comunicação deve servir de esteio para que a sociedade identifique como esse veículo se posiciona sobre temas fundamentais para o desenvolvimento da nação. Mesmo que seja redigida por um ou mais jornalistas, a mensagem editorial absorve cunho institucional. Por isso, esse discurso leva em conta não apenas os anseios do seu público-alvo, como também dos outros fragmentos da sociedade que compõem o entorno do veículo e são fundamentais para sua sobrevivência, tais como o mercado de anunciantes publicitários e instituições públicas governamentais e legislativas que amparam as atividades da imprensa.

Editorial reflete não exatamente a opinião dos seus proprietários nominais, mas o consenso das opiniões que emanam dos diferentes núcleos que participam da propriedade da organização. Além dos acionistas majoritários, há financiadores que subsidiam a operação das empresas, existem anunciantes que carregam recursos regulares para os cofres da organização através da compra de espaço, além de braços do aparelho burocrático do Estado (MARQUES DE MELO, 2003, p.104).

Os jornalistas que assumem as funções editorialistas, precisam neste momento, desvincular-se de valores e princípios pessoais, principalmente se estes caminharem na contramão dos interesses empresariais, e incorporar as percepções e instintos de pensamento que compactuem com a linha e conduta desenvolvida pela organização jornalística ao longo de sua existência. Por isso, é recomendado que estes profissionais possuam uma determinada bagagem e vivência na empresa, mantendo seus interesses alinhados com a cultura organizacional. Segundo a Teoria Organizacional, o jornalista não tem dificuldades em livrar-se de crenças e anseios pessoais em nome de prosperar na organização em que faz parte. No caso dos responsáveis pelos editoriais, esse vínculo do profissional com a instituição em que trabalha acaba sendo ainda mais sólido.

O jornalista sabe que o seu trabalho vai passar por uma cadeia organizacional em que os seus superiores hierárquicos e os seus assistentes têm certos poderes e meios de controle. O jornalista tem que se antecipar às expectativas dos seus superiores para evitar os retoques dos seus textos (trabalho suplementar para a organização) e as reprimidas – dois meios que fazem parte do sistema de controle, e que podem ter efeitos sobre a manutenção ou não do seu lugar, a escolha das suas tarefas, e a sua promoção – quer dizer, nada a menos do que sua carreira profissional (TRAQUINA, 2005, p. 158).

Essa adaptação e comprometimento dos editores com os preceitos e diretrizes que determinam a rotina de produção editorial devem ocorrer naturalmente, de modo



que a opinião institucional adquire um compromisso e responsabilidade pelo seu discurso muito maior do que os discursos proferidos por colaboradores ou jornalistas independentes, pois, o veículo como instituição jornalística admite influência e referência ampla sobre seus consumidores de conteúdo, de forma capaz até mesmo de orientar comportamentos sociais e, conseqüentemente, contribuindo para a disseminação de fenômenos e ocorrências que permeiam a realidade. Nesse sentido, a autenticidade e encadeamento dos elementos indutores da mensagem capazes de produzirem visões de mundo coerentes com o interesse público tornam-se mais essenciais, justificando os posicionamentos adotados sob os vieses mais construtivos possíveis e alinhando seus discursos com versões profundas e aproximadas da veracidade cotidiana.

Lege ao editorial a exemplar tradição da opinião crítica, construtiva, cooperativa e solidária, sem perder em contestação, combatividade, advertência, esclarecimento, independência, ativez e espírito público. O editorial sucede o artigo de fundo sem alterar sua natureza. Ele resulta da reformulação técnica e de conteúdo e da divisão industrial da redação que introduz o sistema de editores (OLIVEIRA, 2009, p. 88).

No entanto, alguns pesquisadores como Beltrão (1980) enxergam desafios a serem superados, principalmente pela dicotomia política empresarial e critérios jornalísticos – dois dos principais elementos que contribuem para a materialização do discurso editorial. O investigador considera essas duas práticas norteadoras da política editorial conflitantes e acredita na dificuldade de conciliação entre elas, no sentido em que os interesses e valores de uma instituição, e, que, costumam ser expressos com clareza nos editoriais, podem ferir a necessidade da difusão de demandas coletivas, como determina o processo jornalístico em todas as suas esferas.

O grande problema da imprensa nas comunidades democráticas é o de estabelecer o equilíbrio entre as duas tendências que moldam a atividade editorial: atender a requisitos técnicos e econômicos e exercer livremente a sua função sócio-espíritual (BELTRÃO, 1980, p. 45).

Esse confronto entre dois conceitos tão importantes na elaboração de textos editoriais que conscientizem e despertem reflexões enriquecedoras dos leitores determina uma responsabilidade e consistência nas justificativas defendidas em sua fundamentação, buscando evitar questionamentos ou mesmo a impressão de que os teores discursivos estariam traindo os princípios elucidados na cultura institucional ou os valores de responsabilidade social que norteiam a prática jornalística.

3 IMPLÍCITOS SUBENTENDIDOS



Os textos do gênero opinativo requerem uma embasada argumentação e, além disso, necessitam de boa construção linguística para que cativem os leitores e não se tornem monótonos. Segundo teóricos como Beltrão (1980) e Oliveira (2009), essa premissa é válida para a maioria dos formatos opinativos e não é diferente com os editoriais. O que ocorre é que muitos desses trabalhos de juízo de valor se vinculam a importantes setores da sociedade. Por isso, o cuidado para que um texto mal fundamentado possa acabar produzindo acusações sem os requisitos necessários deve ser sempre muito grande.

No caso do editorial, o compromisso com o que está sendo dito acaba incorporando um grau muito maior, pois ele está se manifestando em nome de um veículo detentor de prestígio público e detém obrigação não apenas com a cobertura mais verossímil possível, mas também em emitir e difundir responsabilidade social. Com isso, os profissionais encarregados em redigir textos opinativos acabam se valendo de recursos proporcionados pela língua portuguesa, com o intuito de garantir maior segurança em suas redações, evitando comprometimento com supostas manifestações que possam ferir um ou outro segmento da esfera social em que fazem parte e não possam ser validadas, considerando a subjetividade das produções destinadas ao julgamento público.

Entre esses mecanismos argumentativos que podem ser utilizados pela produção no gênero opinativo e, mais propriamente dito, no editorial, estão as expressões implícitas. Algumas opiniões estão sendo referidas, porém, não estão objetivas o suficientes e necessitam de uma reflexão maior para se entender o que o editorialista está querendo afirmar. Isso ocorre porque os textos opinativos em questão são construídos através do emprego de implícitos. Conforme Platão e Fiorin (2001, p. 301), "Um texto diz coisas que parece não estar dizendo, porque não as diz explicitamente. Uma leitura eficiente precisa captar tanto informações explícitas quanto as implícitas".

No entanto, em alguns casos, para que o leitor consiga entender o que o autor está querendo dizer, ele precisa ter conhecimento de outros fatos que não estão sendo referidos no texto, mas fazem parte do contexto do tema abordado. Um maior domínio da causa debatida na mensagem proporcionará ao receptor a percepção de informações e significados com teor opinativo que não conseguiria compreender caso não soubesse tudo o que ocorre no entorno do ambiente que cerca aquela opinião.

Leitor perspicaz é aquele que consegue ler nas entrelinhas. Caso contrário, ele pode passar por cima de significados importantes e



decisivos ou – o que é pior – pode concordar com coisas que rejeitaria se as percebesse (PLATÃO E FIORIN, 2001, p.241).

O uso de implícitos subentendidos acaba ocorrendo constantemente no universo jornalístico, pois os profissionais se valem desse recurso em textos opinativos para evitar se comprometerem, permitindo ao público mais de uma interpretação, oportunizando-se da liberdade subjetiva e de uma construção linguística menos rígida e mais rebuscada, como visto anteriormente, nos padrões norteadores do gênero opinativo. Deste modo, uma opinião indevida pode ser negada sem causar tanta turbulência, porque ela não teria sido explicitada e estaria sujeita a mais de uma versão.

Os comentaristas emitem algumas opiniões em cima de informações, sem recuperá-las, apenas confiando na capacidade do ouvinte em encontrá-las de acordo com as circunstâncias em que se envolve o tema abordado no texto. Essa lógica caracteriza-se com o emprego dos implícitos. É necessário uso de raciocínio e ter conhecimento prévio do contexto para se decifrar o que está sendo proferido pelo emissor, no texto (FARINA, 2011, p.6).

A interpretação que o leitor adotará em um texto composto por linguagens implícitas pode ser muito relativa, dizendo muito mais respeito ao receptor do que ao emissor da mensagem. Essa capacidade de reflexão dependerá muito do contexto sociocultural e características pessoais do leitor. Desse modo, a expressão implícita pode ou não ser decifrada, mas o estudo e o nível cultural do cidadão acabam sendo relativamente proporcionais ao discernimento de conteúdos implícitos, considerando o leque de conhecimentos e inserção sociológica e ideológica de cada cidadão em um diferente contexto. Na visão de Candaten (2011, p. 13), “O significado passa a ser conhecido a partir do que não se disse explicitamente, levando-se em consideração o contexto situacional e os diferentes conhecimentos cognitivos, não só de caráter linguísticos, mas também socioculturais”.

A utilização de recursos implícitos nos materiais opinativos de hoje em dia evidencia a discussão da necessidade de o embasamento racional adquirir uma relevância mais elaborada ou não, antes de se emitir determinada opinião, evitando assim a possibilidade de abstração e questionamento do significado de certas mensagens publicadas, com o risco de prejudicar a credibilidade não somente dos jornalistas como do veículo como um todo, no caso dos editoriais.

A análise e compreensão dos significados implícitos ocorrem por meio da fragmentação de determinados textos em expressões que demandem maior interpretação. Cada enunciado passa a ser correlacionado com seu contexto e implicações, possibilitando, a partir desta técnica e conhecimento do leitor, decifrar e encaminhar ideias claras e concisas que, quando equiparadas e relacionadas, admitirão o



entendimento mais objetivo acerca do texto, captando assim, a verdadeira intenção e cunho ideológico da mensagem. Este será o modelo empregado na análise dos editoriais de Zero Hora referentes às manifestações de 2013, buscando atingir os objetivos traçados no início desta pesquisa.

4 ANÁLISES

Essa seção apresentará a análise dos textos editoriais de Zero Hora, no período das manifestações de 2013, com base na significação implícita das mensagens a fim de identificar o posicionamento do veículo e eventuais mudanças de rumo a respeito do julgamento do fenômeno popular. Dois textos serão analisados e em cada um deles foram selecionados enunciados que apresentem significações implícitas subentendidas. Com a desconstrução baseada no contexto, conforme Platão e Fiorin (2001), será possível disseminar uma visão mais completa do discernimento e atuação jornalística do veículo a respeito das manifestações. Os textos na íntegra podem ser encontrados no site <http://wp.clicrbs.com.br/opiniaozh/>.

Texto 1: Boicote à democracia

Data: 15/06/2013

Enunciado 1: *“O pretexto para a maioria dos protestos é o preço das tarifas de transporte público, uma causa simpática à população, mas desvirtuada pelo vandalismo, pela presença de delinquentes infiltrados nos movimentos sociais e também, em alguns casos, pela reação desproporcional das forças policiais.”*

Subentendido 1: Na expressão *“O pretexto para a maioria dos protestos é o preço das tarifas de transporte público, uma causa simpática à população, mas desvirtuada pelo vandalismo”*, o editorialista dá a entender que os atos de vandalismo superaram a legitimidade da causa, afirmando que as manifestações passam a ser mais reconhecidas pelos confrontos violentos entre policiais e cidadãos e atos de vandalismo do que por um movimento que busque reivindicar um direito da população.

Enunciado 2: *“Como explicar a legitimidade democrática dos protestos para pessoas presas em estradas bloqueadas, sitiadas e ameaçadas pelas batalhas entre manifestantes e policiais, vendo seus veículos e estabelecimentos comerciais depredados por grupos mascarados ou desprotegidas porque as forças de segurança deixam de policiar a cidade para se concentrar nos locais do protesto?”*

Subentendido 2: O enunciado expressa a opinião implícita através de um questionamento. Porém, a série de elementos descritos na pergunta levam o autor à ideia de que os protestos têm adquirido caráter anti-democrático no sentido de que violam os direitos de convivência pacífica, locomoção e segurança pública a muitos segmentos sociais, como garantidos na constituição. O questionamento é um dos recursos implícitos que lava o leitor a determinada interpretação sem afirmá-la.



Enunciado 3: *“Elas parecem refletir muito mais um modismo orquestrado pelas redes sociais do que propriamente interesses específicos de setores realmente desassistidos da sociedade. Basta observar o perfil dos manifestantes: entre eles é muito mais fácil encontrar jovens universitários do que operários e pessoas de pouca instrução, que dependem muito mais do transporte coletivo para se deslocar de casa aos locais de trabalho.”*

Subentendido 3: A palavra “modismo” traduz mais um questionamento editorial em relação à legitimidade da causa das manifestações, remetendo à ideia de que muitos integrantes do movimento vão às ruas sem convicção ideológica ou mesmo identificação com as categorias prejudicadas pelo valor do transporte público. O trecho em questão segue afirmando que muitos dos ativistas não são usuários de ônibus e são jovens de razoável situação social e bom nível de instrução. Isso traz a interpretação de que muitos dos envolvidos nas manifestações vão às ruas mais para se sentirem parte da sociedade e, conseqüentemente, gerar tumultos do que por necessidades individuais de reivindicar algo.

Enunciado 4: *“é incompreensível e inaceitável o protesto imotivado, como ocorreu na última quinta-feira em Porto Alegre, onde o preço das passagens de ônibus está contido por medida judicial.”*

Subentendido 4: O implícito mais uma vez questiona a legitimidade da causa, dando a entender que existem outros interesses obscuros contidos nas manifestações que não o bem social coletivo. A sequência de outros trechos que levantam atos de vandalismo levam o leitor ao possível entendimento de que como não existem motivos claros para as manifestações no momento, muitas delas ocorrem exclusivamente com o objetivo de causar desordem e tumulto.

Texto 2: O que fica dos protestos

Data: 19/06/2013

Enunciado 1: *“A sociedade tem de saudar e acolher esse verdadeiro despertar jovem, zelando para que fortaleça o Estado democrático de direito.”*

Subentendido 1: O implícito sinaliza como algo legítimo as manifestações protagonizadas por públicos jovens, caracterizando como movimentos que enalteçam causas democráticas e que novas reivindicações comandadas por uma “juventude revolucionária” poderiam combater os problemas que infringem o sistema democrático brasileiro. Quando utiliza os termos “acolher esse verdadeiro despertar jovem”, o editorial sugere a interpretação subentendida de que faltava nas gerações de maior faixa etária essa mobilização e engajamento com temas políticos do país, resultando em uma menor preocupação com causas capazes de resultar no bem coletivo. Essa ideia implícita favorável às mobilizações protagonistas das manifestações contradiz com



posições anteriores do veículo que criminalizava e desmerecia a relevância e pluralidade das causas defendidas.

Enunciado 2: *“Sua voz ergue-se também contra governos, parlamentares, corporações e meios de comunicação. Pode-se saudar ou rejeitar a emergência desse Brasil do 17 de Junho.”*

Subentendido 2: Esse implícito reflete o sentimento de indignação geral destinada a vários segmentos da sociedade, com palavras de ordem aos mais diferentes governos e até mesmo grupos de comunicação. Esse enunciado pode sugerir duas interpretações plausíveis. Uma delas é de que a população ainda não possui a ideia exata de onde provém os problemas que os causam insatisfação e generalizam os diferentes casos que afetam sua rotina sem conhecimento exato de cada situação e quais os mecanismos estatais atuantes em cada circunstância. Outra hipótese é a concordância do editorial com a revolta genérica da população, entendendo que todos os problemas são de ordem estruturais e são frutos de maus sociais que se distribuem por todo o sistema, danificando diversos segmentos responsáveis por oferecer serviços de qualidade ao povo.

Enunciado 3: *“É utópico imaginar que dezenas de milhares de pessoas decidam se manifestar por fora dos canais até hoje existentes no interior do Estado de direito, por meio de ida massiva às ruas, sem que isso implique riscos para a segurança e até mesmo distúrbios isolados.”*

Subentendido 3: Esse enunciado talvez seja o exemplo de maior contradição em relação às opiniões emitidas anteriormente a esta data. O subentendido destaca que seria impossível um movimento dessas proporções viabilizar-se sem que haja ocorrências de violência ou vandalismo, tratando esses como “distúrbios isolados”. Essa afirmativa coloca o contexto das manifestações superiores a eventuais conflitos entre manifestantes e autoridades, considerados naturais diante de uma circunstância tão atípica e importante para o país. Essa opinião é totalmente contraditória a outras expressas no mesmo espaço editorial e ao discurso apresentadas no texto 1 analisado por este trabalho - que afirmava que os casos de vandalismo manchavam e destruiriam a credibilidade das manifestações, além de boicotarem a democracia.

Enunciado 4: *“Toda sorte de vandalismo pode e deve ser investigada, e os envolvidos, enquadrados criminalmente na forma da lei. O fato de tais atitudes terem prosperado nos primeiros dias do movimento reflète o fato de não haver objetivos, líderes e organização claras.”*

Subentendido 4: O enunciado começa separando as ocorrências de vandalismo das manifestações bem intencionadas. Depois, afirma que “o fato de tais atitudes terem prosperado nos primeiros dias do movimento reflète o fato de não haver objetivos, líderes e organização claras”. Isso faz o leitor poder interpretar que as manifestações não se construíram como um movimento organizado e sim pela insatisfação popular



generalizada, sem a preocupação de agir de forma homogênea. O editorial subentende que as manifestações foram crescendo de formas massivas com diferentes anseios populares, com isso não houve unificação nos objetivos e nem nas formas de atuação. Isso tornaria esses protestos mais “verdadeiros” e justificaria possíveis atitudes indesejadas em um primeiro momento.

5 CONCLUSÃO

Diante da significação implícita analisada nos editoriais de Zero Hora, é possível perceber uma modificação no julgamento de valor do veículo em relação às manifestações de 2013. No primeiro texto, publicado em 15 de junho, as linguagens implícitas subentendidas identificadas no editorial transmitem a ideia de reprovação das manifestações. As justificativas mais plausíveis para essa conduta sugerem a ideia de que esses movimentos representariam poucos segmentos, fato que tornaria protestos dessa proporção anti-democráticos por afetarem a rotina de toda a sociedade. Além disso, a empresa enfatizou a predominância do vandalismo e da falta de organização nas manifestações, o que resultaria em um movimento ausente de convicções claras. Essa pouca simpatia inicial pode ser compreendida pela política editorial que os veículos adotam, no sentido em que as empresas jornalísticas se posicionam de acordo com os valores pregados no entorno de sua organização e de seu público-alvo, como teorizam pesquisadores como Marques de Melo (2003) e Beltrão (1980) a respeito da conduta editorial opinativa.

Por outro lado, no texto do dia 19 de junho já é possível constatar a legitimidade das manifestações no julgamento de Zero Hora, mesmo que sob viés implícito, os valores tradicionais ainda prevaleçam, principalmente no que tange a condenação de atos de vandalismo e outras práticas anti-democráticas. Essa mudança no julgamento de valor estaria diretamente atrelada à proporção e aceitação que os protestos admitiram em âmbito nacional, provocando que os movimentos passassem a condizer com os princípios do público do veículo e da sociedade de modo mais ampla. Isso se estabelece também pelo fato de as manifestações passarem a enfatizar causas mais generalizadas como o combate à corrupção e má representação da classe política - demandas essas que o veículo já sustentava em seus espaços.

O mapeamento dessas contradições e posições no julgamento opinativo é concretizado através da desconstrução das significações implícitas, que só é viabilizada com a análise da linguagem vinculada diretamente com as circunstâncias do contexto



em que está inserida as manifestações. Deste modo, a produção de sentido passa a ser verossímil e esclarecedora a partir de elementos não necessariamente encontrados no texto opinativo.

REFERÊNCIAS

- BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo Opinativo**. Porto Alegre: Sulina, Ari, 1980.
- CANDATEN, Luana Paula. **Pressupostos e subentendidos nas manchetes de capa de Zero Hora no segundo turno das eleições presidenciais de 2010**. Santa Maria. Universidade Federal de Santa Maria, 2011.
- COSTA, Laílton Alves da. Gêneros Jornalísticos. In MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de. **Gêneros Jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.
- FARINA, Marcelo Bernardes. **Implícitos Subentendidos no Formato Comentário do Gênero Opinativo**. Porto Alegre: ESPM-Sul, 2011.
- GUARNIERI, Ivanor Luiz. Verdade e opinião: o acordo é possível? In. PINTO, Aroldo José Abreu; SOUZA, Shirlene Rohr de. **Opinião na Mídia Contemporânea**. São Paulo: Arte e Ciência, 2009.
- MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo Opinativo**. Campos do Jordão: Ed. Mantiqueira, 2003.
- MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de. **Gêneros Jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.
- OLIVEIRA, Roberto Reis de. Elementos para pensar a opinião nas mídias. In PINTO, Aroldo José Abreu; SOUZA, Shirlene Rohr de. **Opinião na Mídia Contemporânea**. São Paulo: Arte e Ciência, 2009.
- PLATÃO, Francisco S; FIORIN, José Luíz. **Para entender o texto: Leitura e redação**. 16 ed. São Paulo. Ática, 2001.
- REGÔ, Maria Regina; AMPHILO, Maria Isabel. Gênero Opinativo. In MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de. **Gêneros Jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.
- SOUZA, Shirlene Rohr de. Mentalidade social, consciência individual e formação de opinião. In. PINTO, Aroldo José Abreu; SOUZA, Shirlene Rohr de. **Opinião na Mídia Contemporânea**. São Paulo: Arte e Ciência, 2009.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: Porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2. Ed, 2005.
- VICCHIATTI, Carlos Alberto. **Jornalismo: Comunicação, literatura e compromisso social**. São Paulo: Paulus, 2005.
- ZERO HORA. **Opinião ZH**. Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/opiniaozh/>. Acesso em: 14. Ago. 2014.